

# **A Cáritas em dois atos**

## **: luta e resistência no Baixo Jaguaribe**

*Mário Martins Viana Júnior*

Professor Adjunto C4 da Universidade Federal do Ceará (UFC).  
Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET-UFC)

*Carolina Rodrigues Moreira*

Doutoranda em História na Universidade Federal do Ceará (UFC)

### **Resumo**

Este artigo explora a complexa questão agrária no Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará, destacando diferentes maneiras pelas quais a população rural se organiza, luta e resiste. A região tem sido cenário de conflitos históricos sobre o uso da água e a posse de terras desde os tempos coloniais. Nas últimas décadas, os enfrentamentos na região foram marcados pela forma como o Estado lida com as populações rurais e pela territorialização do capital, com o avanço do agrohidronegócio, incluindo atividades como a fruticultura irrigada e a carcinicultura, que têm impactado significativamente o território. Neste texto, destacamos a importância da atuação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN) como uma instituição fundamental no apoio, amparo e fomento dos processos de disputa na região. A análise das ações da CDLN e dos agentes envolvidos permite compreender como essas intervenções têm alterado a realidade das comunidades rurais do Vale do Jaguaribe ao longo de quase sete décadas. A resistência das comunidades locais, por meio de estratégias como a ação direta no Programa de Integração do Rio Jaguaribe (PITR), demonstra a importância da mobilização e da busca por alternativas diante dos desafios enfrentados. Metodologicamente, abordamos principalmente os documentos existentes no acervo da CDLN com o fito de transformá-las em fontes históricas. Também foram realizadas entrevistas temáticas para perscrutar as memórias sobre as formas de luta.

**Palavras-chave** Vale do Jaguaribe – Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – Tabuleiro de Russas - Resistência – Agronegócio

### **Submissão**

11/07/2024

### **Aprovação**

21/01/2025

### **Publicação**

14/03/2025

## Cáritas in two acts: struggle and resistance in Baixo Jaguaribe

### Abstract

This article explores the complex agrarian issue in Vale do Jaguaribe, in the State of Ceará, highlighting different ways in which the rural population organizes, fights and resists. The region has been the scene of historical conflicts over water use and land ownership since colonial times. In recent decades, confrontations in the region have been marked by the way the State deals with rural populations and the territorialization of capital, with the advancement of agro-hydrobusiness, including activities such as irrigated fruit farming and shrimp farming, which have significantly impacted the territory. In this text we highlight the importance of the activities of Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN) as a fundamental institution in supporting, supporting and promoting dispute processes in the region. The analysis of the actions of the CDLN and the agents involved allows us to understand how these interventions have changed the reality of rural communities in Vale do Jaguaribe over almost seven decades. The resistance of local communities, through strategies such as direct action in the Jaguaribe River Integration Program (PITR), demonstrates the importance of mobilization and the search for alternatives in the face of the challenges faced. Methodologically, we mainly address existing documents in the CDLN collection with the aim of transforming them into historical sources. Thematic interviews were also carried out to examine memories about the forms of struggle.

**Keywords** Vale do Jaguaribe – Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – Tabuleiro de Russas - Resistance – Agribusiness

## Cáritas em dos actos: luta y resistencia en Baixo Jaguaribe

### Resumen

Este artículo explora la compleja cuestión agraria en Vale do Jaguaribe, en el estado de Ceará, destacando diferentes formas en que la población rural se organiza, lucha y resiste. La región ha sido escenario de conflictos históricos por el uso del agua y la propiedad de la tierra desde la época colonial. En las últimas décadas, los enfrentamientos en la región han estado marcados por el trato del Estado a las poblaciones rurales y la territorialización de los capitales, con el avance de los agrohídronegocios, incluyendo actividades como la fruticultura de riego y el cultivo de camarón, que han impactado significativamente la territorio. En este texto destacamos la importancia de las actividades de Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN) como institución fundamental en el apoyo, apoyo y promoción de procesos de disputa en la región. El análisis de las acciones de la CDLN y de los agentes involucrados permite comprender cómo estas intervenciones han cambiado la realidad de las comunidades rurales del Vale do Jaguaribe a lo largo de casi siete décadas. La resistencia de las comunidades locales, a través de estrategias como la acción directa en el Programa de Integración del Río Jaguaribe (PITR), demuestra la importancia de la movilización y la búsqueda de alternativas ante los desafíos enfrentados. Metodológicamente abordamos principalmente documentos existentes en el acervo del CDLN con el objetivo de transformarlos en fuentes históricas. También se realizaron entrevistas temáticas para examinar memorias sobre las formas de lucha.

**Palabras clave** Vale do Jaguaribe – Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte – Tabuleiro de Russas - Resistencia – Agronegocios

## Introdução

Existem inúmeras formas de organização, luta e resistência no campo. Nos tempos presente e pretérito a literatura de diferentes áreas, como a história, geografia, sociologia, entre outras, vem atestando isto a partir da análise da complexa questão agrária no Brasil.<sup>1</sup> Desde movimentos sociais e suas batalhas em âmbito mais macro até lutas e conflitos ao nível do micro e do cotidiano, espalhadas, não comunicadas e não interligadas intencionalmente: as possibilidades foram e são múltiplas, bem como o alcance das ações das populações do campo.

Apesar das vicissitudes de cada experiência e território podemos observar este caráter composto de lutas e resistências também no Ceará. Sobretudo na região do Vale do Jaguaribe. Historicamente marcada por conflitos sanguinários que remontam ao período colonial,<sup>2</sup> as disputas pelo uso da água e pela posse e propriedade das terras no entorno do rio Jaguaribe atravessaram os séculos.

Em sua atualidade, tais enfrentamentos são marcados principalmente pela forma como o Estado lida com as populações rurais e pela territorialização do capital, mediante o avanço do agrohídronegócio na região em atividades de grande impacto, como a fruticultura irrigada e a carcinicultura.<sup>3</sup> Contudo, apesar destas atividades redesenharem o território de forma mais intensa nas últimas décadas, isso não ocorreu de forma pacífica. Houve e há um mosaico amplo e diverso de lutas e resistências.<sup>4</sup>

Neste artigo, analisamos algumas das características desses embates no Baixo Jaguaribe. Para tanto, demos centralidade às ações da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN), uma instituição de grande importância, dado o seu apoio, amparo e fomento nos processos de disputa na região. Seguimos e refizemos, portanto, um pouco das trajetórias e experiências dos sujeitos dos territórios e dos agentes Cáritas, o que, em boa medida, esteve interligado e alterou/altera a realidade das comunidades rurais do Vale do Jaguaribe há quase 70 anos.

1 Existem duas grandes coleções que sintetizam bem a diversidade de olhares e abordagens por agregarem profissionais de diferentes áreas sobre a temática. Referimo-nos à História Social do Campesinato no Brasil, publicada pela Editora da UNESP e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NERA); e A Questão Agrária no Brasil, publicado pela Expressão Popular.

2 PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Fapesp, 2002.

3 FERREIRA, M. J. M. et al. Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quê e para quem? *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 2016, vol. 21, n. 3, pp. 743-752. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000300743&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300743&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 jun. 2024.

4 CAVALCANTE, L. V. *As firmas tomaram conta de tudo: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe - CE*. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

O objetivo geral é compreender e apresentar como os sujeitos empreenderam formas de existir e resistir em seus territórios face o avanço de grandes projetos na região, a exemplo da construção de barragens e perímetros irrigados, desvelando as experiências de luta da CDLN enquanto movimento social fundamental. De forma específica, discutiremos os aspectos identitários que formam a Cáritas a nível local, dando ênfase a importantes marcadores no processo de transformação e atualização da percepção e composição identitária da CDLN.

Para fins de organização e exposição, as ações e as relações da CDLN foram sistematizadas e analisadas, neste texto, em três grupos: o trabalho de base expresso na identificação dos problemas e no assistencialismo; a articulação com outros movimentos sociais junto à provocação de instituições para visibilidade e resolução dos conflitos; e o envolvimento em ações diretas de enfrentamento.

Metodologicamente, caminhamos em dois sentidos que correram em paralelo e, por vezes, se entrecruzaram. Abordamos, principalmente, os diversos e diferentes tipos de documentos existentes no acervo da CDLN com o fito de transformá-los em fontes históricas, conforme propõe Aróstegui.<sup>5</sup> São eles, por exemplo: ofícios, relatórios, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC's), propostas, mapas, projetos, entre outros. Concomitantemente, trabalhamos no âmbito da oralidade, a partir dos princípios da História Oral com foco na realização de entrevistas temáticas para perscrutar as memórias sobre as formas de luta. Trata-se de modalidade de História Oral que se concentra em um assunto específico, ao buscar na narrativa do entrevistado(a) aspectos sobre um evento particular.<sup>6</sup>

### **Aspectos identitários: o assistencialismo e o enfrentamento social**

No âmbito acadêmico existe uma longa discussão acerca do conceito de identidade. Para Stuart Hall,<sup>7</sup> este conceito estaria sob rasura no sentido de que ele não nos auxilia em seu formato enrijecido, fixo. Trabalhar identidades seria, entre outros aspectos, observar e refletir sobre o difícil exercício de costura entre a questão política e a agência, isto é, entre a representação ou discurso que enquadra ou interpela o indivíduo e as possibilidades e formas de ação, atuação e reconhecimento por este mesmo indivíduo, percebido por si e pelos outros enquanto sujeito. Identidade seria

5 ARÓSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

6 CASTELO BRANCO, S.. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, vol. 8, nº 13, p. 8-27, Jan/Jul/2020.

7 HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, 4. ed., p. 103-133.

assim uma representação ao mesmo tempo necessária e impossível em sua plenitude, pois relacional. Uma relação de poder que se expressa em determinado contexto histórico.

As ações da CDLN configuram um trabalho, ao mesmo tempo, que investe e é investido de identidade(s) ao longo do tempo. Como objetivo específico, cabe investigar estas formas de investimento. Por um lado, existe uma configuração mais ampla da CDLN dentro de um quadro hierárquico da Cáritas do Ceará do Brasil e da Cáritas Internacional. Esta, com sede em Roma, coordena operações de emergência, “propõe políticas para corrigir as desigualdades e defende um mundo justo e solidário”<sup>8</sup> com base no testemunho e anúncio do Evangelho de Jesus Cristo. Tal perfil identitário, portanto, é investido de fé, religião e aspectos de religiosidade atrelados à Igreja Católica que conecta atividades nos cinco continentes do mundo.<sup>9</sup>

Por ser um organismo social da Igreja Católica, a Cáritas também está envolta em um conjunto de perspectivas estruturais que foram sendo modificadas ao longo dos anos. Momentos como o Concílio Vaticano II (1962-1965), Medellín (1968) e Puebla (1979) foram balizadores da prática da Igreja e da Cáritas enquanto inserida nesta macroestrutura. Esses eventos, além de serem palco de disputa entre conservadores e progressistas, aconteciam quando parte dos países da América do Sul, inclusive o Brasil, passavam por governos ditatoriais que eram combatidos – não somente – por uma igreja popular de base que contava com a presença de padres, bispos e leigos contrários às questões sociopolíticas vigentes nesses países.

A interpelação da CDLN por esse vínculo identitário, por outro lado, é complementada e tensionada organicamente pela sua atuação no Vale do Jaguaribe em uma dinâmica que atualiza, constantemente, os seus traços identitários, isto é: como é feita e se percebe por meio dos seus agentes e colaboradores no tempo e no espaço; como representa e apresenta a si e aos seus públicos-alvo; como atua e define suas ações a partir das suas conexões com as populações-alvo; e como delibera e marca suas diferenças em relação a outras instituições, práticas e políticas públicas. Afinal, a diferença é um forte componente de formação identitária; e na Cáritas, em Limoeiro do Norte, isso assume uma tonalidade de bastante contraste em relação aos âmbitos estadual e regional, em virtude do seu envolvimento nos processos de luta no Vale do Jaguaribe cearense.

8 Disponível em: <https://caritas.org.br/caritas-mundo#:~:text=A%20C%C3%A9ritas%20Internacional%20%C3%A9%20uma,um%20mundo%20justo%20e%20solid%C3%A9rio..> Acesso em 20/01/2025.

9 MOREIRA, C. R. *Sob o céu com o pé na terra: a ação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte no Baixo e Médio Jaguaribe – Ceará – Brasil (2002 – 2019)*. 2021. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

De fato, existem aspectos metodológicos que são comuns e perpassam a Cáritas Brasileira Regional Ceará e, portanto, as outras Cáritas sediadas nas demais regiões e municípios do Estado. De forma genérica, além do(s) componente(s) religioso(s) e do trabalho voltado para a caridade, os aspectos que ajudam a conformar uma identidade mais ampla são aqueles abalizados por trabalhos de base junto às populações-alvo e que permitem, assim, visualizar planejamentos, ações e representações em rede, reforçando elos e sentimentos de pertença dos grupos e de seus integrantes. Entretanto, e de forma concomitante e consciente, há especificidades nos territórios que acabam forjando colorações identitárias que delineiam características próprias a cada uma das Cáritas, dos agentes e voluntários, bem como de representações e percepções que fazem de si.

A representação da Cáritas de forma mais ampla, enquanto instituição nacional e internacional, é composta, completada, tensionada e suturada pelas experiências no âmbito mais micro e localizado, como aquelas efetivadas ao longo do Vale do Jaguaribe pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN). Em síntese, tais experiências conformam aspectos de uma identidade mais ampla, pois integrantes da missão da Cáritas no mundo, mas ao mesmo tempo indicam características compósitas e específicas para a resolução de conflitos localizados, regionais e demandas que exigem outras formas de atuação teórica, prática e engajada pela instituição.

Em sua trajetória, existem importantes marcadores no processo de transformação e atualização da percepção e composição identitária da CDLN. Para análise histórica, uma das formas de acesso a estes marcadores são os próprios documentos produzidos pela instituição e as memórias de seus integrantes. Diante deste corpus documental é possível perceber que, na virada do século XX para o século XXI, a imagem e representação da CDLN, quase que exclusivamente voltada para práticas assistencialistas, acaba sendo contrabalaneada por atividades que lhe projetam para outros formatos de experiência, conforme rememorado por um de seus coordenadores, o padre Francisco Aquino Junior:

A Cáritas de Limoeiro tinha, em um primeiro momento, uma função meramente assistencial de receber doações de roupas e alimentos para distribuir para famílias carentes. Depois passou a uma fase de acompanhamento de associações, de pequenos projetos comunitários e, sobretudo a partir dos anos 2000, ela foi tomando um caráter cada vez mais intenso de ligação com movimentos sociais, com organizações populares. E hoje é o grupo que mobiliza e articula boa parte das resistências que têm na região.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> AQUINO JÚNIOR, F. de. Entrevistador: Mário Martins. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. 29/03/2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC, 2015, p. II.

Desde meados da década de 1970, as Cáritas Diocesanas brasileiras iniciaram um movimento que buscava dirimir o assistencialismo, mediante a ampliação de “um processo de organização na perspectiva da promoção humana”<sup>11</sup> focado no exercício da cidadania e direitos correlatos. Esta virada é marcada pelo movimento sócio eclesial da Teologia da Libertação. Emergia um pensamento de análise crítica em diálogo com o marxismo que direcionava o olhar da Igreja para os excluídos. Esse pensamento foi importante para a construção identitária dos movimentos atrelados à Igreja, pois legitimavam as ações que já vinham sendo feitas por padres, freiras e leigos em suas questões e localidades específicas.

No espaço cearense, como o próprio padre Francisco Aquino rememora, esta característica foi mais marcante em outros territórios, como em Crateús, muito tributária da atuação de Dom Frago e do envolvimento da Igreja com o sindicalismo rural.<sup>12</sup> Isto se deu ainda que a atuação das instituições e movimentos católicos no Vale do Jaguaribe também tenha tido seus expoentes de luta em prol das populações do campo, mas que não envolviam fundamentalmente a CDLN como protagonista dos processos de disputa.

Naquele contexto, as ações da CDLN se mesclavam e se somavam às atividades do Movimento de Educação de Base (MEB), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), entre outros. Em virtude da “desmobilização [deste] conjunto” com o passar dos anos, a CDLN assume um importante protagonismo mediante atividades voltadas para a mobilização social na região. Inicialmente através do acompanhamento de associações e sindicatos e do fomento de pequenos projetos. Já a partir da década de 2000 passa a dar ênfase a ações de “enfrentamento social”, a exemplo do bloqueio de estradas, ocupações de canteiro de obras e áreas de irrigação, negociações com instituições, acionamento da justiça, além de outras ações diretas feitas com as comunidades rurais.<sup>13</sup>

A proeminência do acervo da CDLN indica atividades pensadas e desenvolvidas nestas linhas de assistencialismo e enfrentamento, cuja análise seria impossível de ser realizada neste artigo, dada a amplitude, diversidade e complexidade das ações. Contudo, existem registros que se destacam pela sua capacidade de adensamento e permitem analisar envolvimento e atividades pretéritas mais proeminentes para a

11 AQUINO JÚNIOR, F. de. Entrevistador: Mário Martins. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. 29/03/2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC, 2015, p. 7.

12 BEZERRA, P. C. G. *A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2010.

13 AQUINO JÚNIOR, F. de. Entrevistador: Mário Martins. Seminário da Prainha, Fortaleza-CE. 29/03/2015. Entrevista concedida ao COMTER – UFC, 2015.

CDLN em determinados contextos históricos, inclusive, endossando as lembranças do padre Aquino quanto à atualização do perfil identitário da instituição. Na construção de uma identidade de grupo mais relacionada aos conflitos sociais, sem olvidar de assistencialismo, sobressaem os documentos sobre os territórios englobados pelo município de Russas.

### **As comunidades do Tabuleiro de Russas**

Considerando a execução do Projeto de Irrigação Tabuleiros de Russas, em sua 2ª. Etapa, as comunidades de Peixe, Cipó, Sussuarana, Bananeira, Santa Terezinha, Lagoa dos Cavalos, Junco, Barbatão e Córrego Salgado serão diretamente atingidas. Juntas, elas correspondem a 766 famílias e 1.992 pessoas de diversas faixas etárias que historicamente estão organizadas e desenvolvem experiências de convivência com o semiárido, buscando garantir a sua sustentabilidade e preservando suas raízes sociais, culturais e econômicas.<sup>14</sup>

O fragmento acima faz parte de um dos muitos ofícios enviados ao diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Datado de 10 março de 2008, este documento e inúmeros outros registraram a intensificação da movimentação da CDLN, das comunidades rurais de Russas e de outras “organizações parceiras e apoiadoras” que se envolveram no processo de disputa originado a partir da construção da segunda etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR).

O documento é bastante rico por sintetizar temporalidades e registrar formas de atuação da CDLN naquele, para e com aquele território. Por um lado, dava a ver atividades pretéritas nas décadas de 1980 e 1990 de participação e incentivo das comunidades em práticas de convivência com o semiárido, a exemplo do: estímulo à apicultura; envolvimento na construção de cisternas de placas e do sistema de barragem subterrânea com agroflorestação; fomento e participação do projeto de ovinocultura e do sistema agrossilvopastoril, entre outros.<sup>15</sup>

Em suma, como registrado em documentos internos da instituição, “nestas comunidades a produção adotou o modelo agroecológico, especialmente após o início da apicultura em 1989, experiência que alterou sensivelmente a relação dos pequenos agricultores e criadores com a natureza”.<sup>16</sup> De forma visceral, a CDLN fez parte destes

14 Acervo CDLN. Ofício encaminhado ao DNOCS. 10/03/2008.

15 ALVES, M. O. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará*. 2012. 341 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

16 Acervo CDLN. Relatório 2009. Exposição de motivos, p. 2.



processos incentivando a organização, participando da captação de recursos, formações e capacitações, entre outros, conforme as demandas e necessidades de cada contexto.

Em 2001, por exemplo, a agenda da CDLN esteve voltada para o projeto “Apoio às famílias carentes que sofrem a falta d’água de qualidade para o consumo humano”. Buscava responder aos anseios da comunidade de Lagoa do Teixeira, em Russas, mediante a sua inserção nas atividades de construção das cisternas de placas. Daí a identificação, diagnósticos, mapeamento de potencialidades e problemas, definição de metas e resultados, entre outros trabalhos realizados no território para garantia de água e “melhoria das condições de vida” das comunidades.<sup>17</sup> Com a construção do PITR, não apenas estas experiências foram negadas e combatidas pelo Estado e pela territorialização do capital. A existência desta, e de outras comunidades, passou a ser ameaçada.

Assim, por outro lado, o documento informava sobre a organização e luta empreendida pelos sujeitos do território e outros movimentos sociais, dentre os quais a CDLN assumiu centralidade. Como signatárias apoiadoras, envidaram esforços na luta as seguintes organizações: Obra Kolping (alemã), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Russas (STTR), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Cáritas Brasileira Regional Ceará.

Nesse processo, a CDLN somava à sua experiência como incentivadora e mobilizadora de práticas e projetos agroecológicos, uma atuação de animadora, mediadora e partícipe nos conflitos no território potencializados pela continuidade do PITR em sua segunda etapa. É justamente em 2008, ano do ofício supracitado, que se dá o anúncio de expansão do PITR e que eclode um conjunto de enfrentamentos e formas de resistência organizadas. As lideranças populares da comunidade de Lagoa dos Cavalos, em apoio com o STTR e a CDLN, promoveram então um agrupamento com outras associações “para unir forças e gerar poder de representação local”<sup>18</sup> e “garantir a participação democrática de nossas comunidades”.<sup>19</sup> Deste alinhamento surgiu a Comissão de Resistência das Famílias Atingidas pelo Projeto Tabuleiro de Russas (CRFA)<sup>20</sup> que passou a figurar de forma incisiva nos documentos da CDLN.

17 Acervo CDLN. Relatório 2002. Projeto de cisternas de tabuleirinho, p. 3.

18 ALVES, M. O. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará*. 2012. 341 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 178.

19 Acervo CDLN. Ofício encaminhado ao DNOCS. 02/10/2008.

20 De acordo com Maria Odete Alves há referência a Comissão de Defesa e Negociação, mas nos documentos da CDLN prevalece o título Comissão de Resistência das Famílias Atingidas pelo Projeto Tabuleiro de Russas.

O caminho escolhido pela instituição foi o (i) de aproximação das comunidades; (ii) amplo diálogo, debate e denúncia dos problemas; e (iii) monitoramento das ações do DNOCS para defesa dos impactados pelo projeto. Assim, a “mobilização popular para que os direitos das populações atingidas [fossem] respeitados”<sup>21</sup> atuou como importante força agregadora com desdobramentos intervencionistas e propositivos. Ainda que o protagonismo tenha sido das associações e da CRFA, a CDLN teve participação central. Tanto que é difícil discernir na massa documental aqueles originários da CDLN, da CRFA e das associações. E talvez tenha sido justamente essa combinação indiscriminada um dos principais vetores da forma de resistência empreendida. A identificação entre grupos e sujeitos era tamanha que, nesta confluência de forças, moradores do território do conflito tornaram-se agentes e voluntários da CDLN.

Os desdobramentos desta resistência foram trabalhados por outros autores e autoras que desvelaram os avanços obtidos pela organização e luta das comunidades e parceiros envolvidos.<sup>22</sup> Aqui, importa-nos analisar os procedimentos e as ações da CDLN neste processo. Eles chamam atenção pelos caminhos estratégicos trilhados pela instituição e ajudam a compreender aquilo que analisamos como processo de luta e resistência pelas populações do campo no Ceará.

### **A CDLN em três movimentos**

De forma genérica e em retrospecto, as ações da CDLN podem ser agrupadas em três movimentos convergentes a partir do contexto de expansão da segunda etapa do PITR: o trabalho de base expresso na identificação dos problemas e na assistência às comunidades em reuniões, planejamentos e encaminhamentos; a articulação com outros movimentos sociais e a provocação de outras instituições para visibilidade e resolução do conflito; e o envolvimento em ações diretas de enfrentamento.

O primeiro grupo de atividades está registrado em atas e outros documentos produzidos pelas associações comunitárias e, principalmente, pela própria CDLN em uma diversidade de reuniões e agrupamentos. O fomento ao “associativismo solidário”<sup>23</sup> estimulava: as memórias dos moradores sobre as suas experiências pretéritas em relação à primeira etapa do projeto; a identificação dos problemas ocasionados pelo

21 Acervo CDLN. Ofício encaminhado ao DNOCS. 10/03/2008.

22 ALVES, M. O. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará*. 2012. 341 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

23 Acervo CDLN. Relatório 2009. Exposição de motivos, p. 2.

PITR; a produção, provocação e troca de informações; e o encaminhamento de ações propositivas para interpelação dos órgãos envolvidos e responsáveis pelo projeto.

O estímulo à partilha da memória dos moradores possibilitou que CDLN e associações projetassem um perfil das comunidades do território. Tal perfil era expresso em um modelo agroecológico pelas comunidades rurais de pequenos agricultores que, embora carentes de uma maior atenção do poder público, eram apresentados pela instituição como capacitados técnica e gerencialmente para operarem atividades agrícolas sem a necessidade de serem desapropriados e expropriados de seus territórios.

A proeminência da CDLN, de 2008 até 2013, vai muito além de ações dentro das comunidades. Especialmente, é ela que toma a dianteira do fomento aos diálogos internos e dos processos de provocações externas, atuando como mediadora e negociadora e exercendo, muitas vezes, o papel de interlocutora com os operadores do PITR, do Ministério Público Federal, entre outros, e as comunidades rurais. Atua, portanto, como intercessora entre mundos e jurisprudências distintas que operam com lógicas e saberes diferentes, acionando dispositivos modernos no âmbito jurídico-burocrático para assegurar os direitos dos sujeitos do território de Russas.

Concomitantemente, os documentos sinalizam a construção de encontros no Tabuleiro de Russas com pautas e dinâmicas planejadas em seus mínimos detalhes, a exemplo da “Proposta do Encontro das Comunidades do Tabuleiro de Russas”, em 21 de outubro de 2009. Com objetivos de “reanimar a fé e esperança das comunidades no processo organizativo e construir caminhos de continuidade na luta de resistência”, o planejamento do evento esquadrihava temporalmente a duração de cada uma das atividades que envolviam: a recepção, acolhida, músicas mobilizadoras, memória do confronto, apresentação de propostas, escuta e sistematização das propostas das comunidades, plenária para votação dos encaminhamentos, além de um momento de partilha de alimentos e da palavra de Cristo para celebração das decisões acordadas.<sup>24</sup> Aspectos estes que põem em ênfase o perfil religioso mais amplo da instituição, mas com foco em uma dimensão mundana e de conflito.

Em seus desdobramentos, é também a CDLN a principal responsável por conferir dinâmica aos encaminhamentos: provocava, acompanhava e cobrava os sujeitos e instituições implicados nas deliberações com as comunidades rurais em encontros de base. Assim, os requerimentos e ofícios externos que buscavam dar vida aos reclames e solicitações das comunidades compõem interessantes registros dos anseios compartilhados e confiados à CDLN. É ela quem os sistematiza e adota estratégias para torná-los realidade.

24 Acervo CDLN. Proposta do Encontro das Comunidades do Tabuleiro de Russas, 21 de outubro de 2009.

O que nomeamos aqui, para fins de sistematização, como segundo movimento de ações envolvendo a CDLN, implicou a provocação da Defensoria Pública da União, da Procuradoria Geral da República, da Prefeitura de Russas, do DNOCS, de Instituições de Ensino Superior e de outros órgãos. Os documentos sinalizam encaminhamentos que iam desde a solicitação de informações sobre o projeto de irrigação do Tabuleiro de Russas, adequada indenização justa e prévia das populações atingidas pelo PITR, até um plano de reassentamento, o que implicava um conjunto de minudências de ordem jurídico-administrativo:

Elaboração de um plano de reassentamento para as famílias desapropriadas que contemple, além do núcleo habitacional e da infraestrutura urbana, área de produção (4 ha. por família) com infraestrutura de irrigação, garantindo a soberania alimentar das famílias; 2. Enquadramento dessas famílias numa política de reassentamento e não na Lei de Irrigação, frente os custos de infraestrutura e manutenção, fomentando uma política de tratamento especial para os agricultores reassentados; 3. Acompanhamento técnico continuado e capacitação para os pequenos produtores, garantindo uma transição da agricultura de sequeiro para agricultura orgânica e irrigada; 4. Acesso ao crédito assistido para iniciar a transição; 5. Para as famílias que terão apenas a sua área de produção desapropriada que possam ser incorporadas ao reassentamento, no que se refere a área de produção, garantindo sua soberania alimentar; 6. Garantia de uma zona de amortecimento, entre as comunidades e os lotes convencionais, para minimizar os impactos dos agrotóxicos na saúde ambiental e das famílias; 6. Garantia que as comunidades que possuem cisternas tenham essa benfeitoria reposta no reassentamento.<sup>25</sup>

A rede de relações costurada pela CDLN e registrada em seus documentos buscava, portanto, o bem-estar dos sujeitos do território. E nesse processo amplo de resistência organizada seu protagonismo contribuiu para dirimir os impactos do PITR, pois tinha uma leitura teórica e prática para acionamento dos dispositivos que julgava necessários à luta. Assim, por exemplo, expôs e requereu “as medidas necessárias” à Procuradoria da República com o intuito de que esta acompanhasse e garantisse “o dispositivo do ordenamento, no que tange a justiça dos valores de desapropriação e o

25 Acervo CDLN. Ofício Lagoa dos Cavalos. Documento enviado ao DNOCS solicitando reunião para retomar negociação e garantir o Plano de Reassentamento das Comunidades atingidas pela 2º etapa do PITR. Sem data.

reto reassentamento das famílias, sem maiores danos para o seu modo e qualidade de vida”.<sup>26</sup>

Desta forma, os reclames das comunidades estimulados e coletados em reuniões no próprio território pela CDLN, por vezes com a utilização de capelas e igrejas como espaço para encontros, foram alçados ao patamar da justiça moderna. Daí a atuação conjunta da Cáritas com a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares do Ceará (RENAP) e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar; a solicitação de assistência à Defensoria Pública da União (DPU); e o acionamento do Ministério Público Federal (MPF).

Nesse processo havia uma interessante inversão. Na proposta original do PITR os moradores do território tornavam-se alvo da legislação e de seus desdobramentos, a partir do decreto de desapropriação e demais acionamentos da justiça para realização das remoções. Com a participação da CDLN, a aliança com os operadores do direito, acionamento de instituições afins e envolvimento dos movimentos sociais, quem acabava sendo enquadrado, parametrizado e cobrado com base na legislação era o próprio Estado, sobretudo o DNOCS.

Foi esse *looping* e apropriação das armas do outro, no caso da disputa no âmbito legalista, o que propiciou a construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Nesse movimento, inclusive, houve o reconhecimento pelos parceiros envolvidos acerca da importância da CDLN, corroborando a atualização de um perfil identitário mais direcionado para o enfrentamento social no contexto histórico em questão. Tanto que o Escritório Frei Tito, anos depois, ressaltou o importante papel desempenhado pela CDLN reiterando sua função como mediadora junto ao DNOCS e descrevendo-a como “uma instituição que está cumprindo um papel muito importante de acompanhamento dos procedimentos de regularização da área”<sup>27</sup> no PITR.

A análise da realização dos compromissos firmados no TAC foge aos objetivos deste artigo. Aqui importa observarmos que ao longo de 2010 houve uma ampla discussão de base com as comunidades que leram, estudaram e sugeriram inserções, cortes, modificações e encaminhamentos na minuta documental. Tais atividades foram assessoradas e acompanhadas por outros sujeitos e grupos parceiros, para um melhor entendimento e construção do documento jurídico. Estas mediações tanto foram promovidas como incentivadas pela CDLN. Isto é possível de ser observado nas anotações dos rascunhos do texto do TAC arquivados pela instituição. Neles há

26 Acervo CDLN. Ofício à Procuradoria da União. 2011.

27 Acervo CDLN. Ofício Tabuleiro de Russas n. 029/2014 enviado para CDHC – EFTA/ALECE. 26/06/2014.

dúvidas, sugestões, alterações, enfim os registros dos debates construídos pelas comunidades no encaminhamento do documento em diversas reuniões.<sup>28</sup>

Assim, o TAC, assinado em 2011 pelo DNOCS, MPF e “representantes da Comissão em Defesa das Famílias da 2ª Etapa do PITR”,<sup>29</sup> para além de um complexo registro judicial, aparece-nos como outra fonte condensadora de temporalidades, conflitos e possui como forte característica a polifonia, dada a diversidade de sujeitos e intencionalidades envolvidas. Nele foram registradas as memórias do conflito e os vários problemas denunciados pelas comunidades, bem como os direitos dos atingidos pelo PITR, delineando um importante horizonte de expectativas de transformação da realidade das comunidades,<sup>30</sup> a partir de resistência organizada e coletiva operada por elas e pelos parceiros/externos, assim resumido no documento:

O objeto do presente Termo de Ajuste de Conduta, que possui natureza jurídica de título executivo extrajudicial, consiste no compromisso por parte do DNOCS em **atender reivindicações culturais e socioambientais das comunidades afetadas**, se comprometendo também o DNOCS a não exigir a desocupação de nenhum imóvel na 2ª Etapa do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas, cujo desapropriado/benfeitor vá ser reassentado, sem antes lhe entregar seu novo imóvel no reassentamento a que tenha optado.<sup>31</sup>

Em síntese, o documento buscava incorporar o acúmulo dos debates e encaminhamentos promovidos desde 2009, quando as comunidades de Bananeiras, Junco, Lagoa dos Cavalos, Barbatão, Escondida, Córrego do Salgado e Peixe tomaram conhecimento do processo de desapropriação que sofreriam e passaram a se mobilizar intensamente para resistirem à implantação do projeto.

Com o protagonismo da CDLN foram realizadas inúmeras atividades, tais como: reuniões comunitárias, elaboração de diagnósticos das comunidades, construção e distribuição de panfletos informativos e convidativos, participação em programas de rádio, intercâmbios entre diferentes grupos, inclusive com visitação a comunidades reassentadas em outros territórios, participação em eventos estaduais e regionais da Cáritas, audiências públicas, entre outras. Todos estes aspectos ajudaram a estruturar e definir o formato da resistência no território que peregrinou pela via legalista.

28 Acerco CDLN. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Considerações Comissão-2010; TAC - Lagoa dos cavalos – Perguntas e considerações de Maiana-2010.

29 Acerco CDLN. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Considerações Comissão-2011, fl. 1. 2011

30 KOSELLECK, R. *Futuro Passado* – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006

31 Acerco CDLN. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), fl. 3. 2011. [grifo nosso]

Nessa caminhada, juntamente com técnicos e entidades parceiras, a CRFA produziu horizontal e coletivamente o documento “Proposta de Reassentamento para as Comunidades” (PRC). Tal projeto, incorporado ao TAC, ia de encontro ao projeto original do PITR por buscar: preservar da remoção as comunidades do Cipó, Lagos dos Cavalos e do Peixe; criar uma área de amortecimento no seus entornos, denominada de Cordão Verde; reposicionar os lotes dentro do PITR para garantir que os pequenos produtores ficassem perto das comunidades; criar áreas de produção coletiva para cada uma das três comunidades; construir quintais na casa dos reassentados para fins de cultivo de plantas e criação animal.

Estes e outros aspectos foram sintetizados e incorporados ao TAC e ao Plano de Reassentamento, reelaborado e apresentado pelo DNOCS em maio de 2010,<sup>32</sup> três meses após a finalização e aprovação do documento pelas comunidades:

Um momento muito importante nessa caminhada foi **a grande assembleia das comunidades** realizada no dia 21 de outubro de 2009 na comunidade do Peixe. Nesta assembleia, decidiu-se por amadurecer e construir um projeto que respondesse as necessidades e aos interesses das comunidades. O Projeto foi elaborado pela Comissão de Resistência com a colaboração de técnicos e entidades parceiras, discutido nas comunidades e finalmente aprovado numa grande assembleia realizada no dia 05 de fevereiro de 2010. No distrito do Peixe.<sup>33</sup>

No longo e difícil processo de resistência construído pelos sujeitos e grupos envolvidos houve, portanto, a transposição das questões imediatas das comunidades para um terreno e uma lógica que elas não estavam habituadas a lidar. O debate no flanco jurídico-burocrático foi uma estratégia decidida conjuntamente tanto pelos grupos de pessoas atingidas pelo PITR como pelos grupos externos apoiadores. Com a entrada e participação efetiva da CDLN e de outros parceiros, as comunidades puderam então empreender disputas outras, se apropriando de outras ferramentas e linguagens através de organização mista, interna e exógena, para alcance de seus objetivos.

Essas ações legalistas, entretanto, não foram suficientes para barrar os problemas encontrados pelas comunidades. O desenvolvimento da construção do PITR foi acompanhado pelo descumprimento do TAC em vários pontos, pelo ocultamento e dificuldade de acesso a informações e pelo tensionamento promovido junto aos

32 DNOCS. Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª. etapa– Plano de Reassentamento – Relatório Geral. Maio de 2010.

33 Acervo CDLN. Histórico. Plano de reassentamento. 2014. [grifo nosso]

desapropriados/as por parte do DNOCS. Em realidade, as práticas deste órgão e de seus integrantes expuseram dissimulações que divergiam do discurso público apregoado:

O fato da retirada compulsória dos habitantes impactados pelas obras, mesmo considerado, no caso do nordeste semiárido, a condição de pobreza vigente na grande maioria dos moradores das áreas rurais, o reassentamento deverá se realizar mediante um trabalho sério e participativo, no qual direitos e obrigações dos envolvidos devem ser exaustivamente discutidos e considerados. Compreende ainda o DNOCS, **ser necessário e condição básica no processo, o respeito a cultura de um povo, as tradições e apego a terra onde nasceu, cresceu e vive**, pautando o encaminhamento da discussão da sua saída involuntária da área a ser desapropriada.<sup>34</sup>

Diante deste contexto, a CDLN continuou desenvolvendo metodologias que integrassem as famílias atingidas e mantivessem os sujeitos atentos no processo de disputa. Daí a realização de novas audiências, intercâmbios, reuniões, acionamento da Justiça, entre outros. O avanço da segunda etapa do PITR, além da intensa e violenta alteração infraestrutural do território, gerou o isolamento de famílias, o cerceamento do direito de ir e vir, a pressão para a desocupação das residências antes da construção das casas de reassentamento, a desatualização e desvalorização dos valores de indenização a serem pagos aos moradores, entre outros.

No deslocamento para uma dessas reuniões que aconteceu na Lagoa dos Cavalos, comunidade inserida no perímetro de desapropriações, um dos moradores que vivia no local por mais de 35 anos, se perdeu.<sup>35</sup> Não sabia mais o caminho da associação a qual ele ajudou a construir, pois o trajeto estava cortado e ocupado por máquinas, pessoas e estruturas que não faziam parte do território. Também por conta dessas mudanças, uma moradora,<sup>36</sup> depois de uma viagem rápida a Limoeiro do Norte, se viu aos prantos ao voltar para casa, pois a estrada que dava acesso à sua comunidade havia sido cortada por um canal de irrigação.

Estes foram alguns dos vários reclames encaminhados ao longo de 2011 ao MPF e à Procuradoria da República solicitando a realização dos compromissos acordados no

34 DNOCS. Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª. etapa– Plano de Reassentamento – Relatório Geral. Maio de 2010, p. 4. [grifo nosso]

35 LIMA, A. M. de. Entrevista de história de vida. Comunidade Lagoa dos Cavalos. COMTER/UFC. 27 jun. 2016, p. 10.

36 LIMA, O. S. Entrevista de história de vida e temática. Comunidade Sítio Junco, Russas, Ceará. COMTER/UFC. 29 jan. 2020, p. 9



ano anterior com o DNOCS.<sup>37</sup> As comunidades, através da CRFA, da CDLN e demais parceiros, continuaram dinamizando o processo no âmbito jurídico-burocrático, isto é, atuando dentro do campo de disputa legalista confortável às forças exógenas ao território. Com o avanço das obras e a displicência em atender os pleitos acordados intensificou-se, por um lado, a pressão exercida sobre as comunidades, mas, por outro lado, ampliaram-se os sentimentos de solidariedade, reconhecimento, apoio, enfim, os elos identitários frente a inimigos comuns e exógenos aos territórios. As comunidades e a CDLN reavaliaram então suas estratégias e partiram para outras formas de atuação.

### Nos rastros da ação direta

Famílias ocupam canteiro de obras. Um grupo de 150 pessoas, representando famílias atingidas pelas obras da 2ª etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, e da construção da Barragem do Figueiredo, no município de Alto Santo, ocuparam na manhã de ontem, por volta da 5h40min, o canteiro de obras da empresa Andrade Gutierrez, responsável pela construção dos canais que levam água para as áreas. [...] A ação foi um meio de pressionar o órgão a cumprir com os acordos realizados com eles e assinados em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o Ministério Público Federal (MPF), há mais de três anos.<sup>38</sup>

A ocupação do canteiro de obras do PITR, ocorrida no dia 25 de setembro de 2013, virou manchete no Diário do Nordeste, um dos jornais de maior circulação do Estado do Ceará. Também foi replicada em outros meios de veiculação nacional engajados na defesa das populações do campo, como estratégia de dar a ver e conhecer a luta, a organização e os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais das áreas do Baixo e Médio Jaguaribe cearense.<sup>39</sup> A visibilidade como estratégia de luta pode colocar os poderes público e privado em situações constrangedoras no caso de ações repressoras.

Apesar de a notícia ser amplamente divulgada e do ato envolver sujeitos e famílias de diferentes territórios, denotando amplo envolvimento, a documentação que compõe

37 Acervo CDLN. Ofício à Procuradoria da União. 2011.

38 Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/familias-ocupam-canteiro-de-obras-1.444871>> Acesso em: 28/06/2023.

39 Referimo-nos aqui as notícias veiculadas no site da CPT Nacional e da Cáritas: <https://cptnacional.org.br/quem-somos/14-noticias/acoes-dos-movimentos/1747-agricultores-ocupam-canteiro-de-obras-e-denunciam-dnocs>; <http://caritas.org.br.s174889.gridserver.com/ceara-familias-desocupam-canteiro-de-obras-dnocs-realiza-audiencia/15734>

o acervo da CDLN referente ao intervalo entre a assinatura do TAC até a ocupação do canteiro (2011-2013) não faz qualquer menção a este ato. Há sim uma intensa movimentação das comunidades, da CDLN e instituições parceiras para fazer valer os compromissos firmados no TAC, o que foi registrado através de ofícios, solicitações, requerimentos, atas, planejamentos, entre outros.

Longe de significar um descuido, o incômodo silêncio da documentação deve ser compreendido como uma tática muito bem traçada e executada pelos sujeitos envolvidos. Diante do acúmulo de problemas e tensões em virtude do descumprimento dos acordos na esfera jurídica-burocrática por parte do DNOCS, houve um amplo debate de base com encaminhamentos que exauriram as tentativas de diálogo legal. Isto resultou em um planejamento muito bem executado culminando com a ocupação e paralização dos trabalhos da firma Andrade Gutierrez. Um momento em que “as relações de força substituem as relações institucionalizadas”.<sup>40</sup>

O silêncio foi, portanto, um elemento intencionalmente produzido como parte de uma tática maior de resistência que envolveu vários sujeitos de diferentes territórios e instituições. A ruptura deste silêncio, em retrospecto e a partir das fontes, só aconteceu na eclosão do ato, quando as comunidades projetaram suas vozes e corpos:

Quanto ao planejamento das ocupações, em nenhum dos arquivos da Cáritas, nenhuma das ocupações, manifestações, ações diretas têm isso descrito não. As pessoas não vão encontrar nada. Porque realmente elas são conversas de bastidores, estratégias de bastidores, que aí só o povo que participou tem na memória. Não sei se isso é ruim, se isso é bom, porque acaba ficando só na memória de quem participou dos processos, né?<sup>41</sup>

À *priori*, a ação que envolvia pessoas residentes em um raio de mais de 100km<sup>2</sup> corria o risco de ser descoberta e estar fadada ao fracasso ou mesmo resultar na punição de seus integrantes e organizadores. À *posteriori*, outro perigo seria o de criminalização dos atos com o uso de provas produzidas pelos próprios envolvidos no planejamento da ação. Daí a necessidade de uma comunicação cerrada com movimentação e conversas de bastidores. A inexistência de fontes escritas foi um dos elementos que possibilitou a existência da ação, mas que, como a entrevistada colocou em reflexão, talvez tornasse refém da memória e dos registros jornalísticos um melhor entendimento do ato.

Perscrutando o acervo da CDLN, contudo, encontramos dois indícios dos discursos ocultos e da dissimulação empreendida pelas comunidades e que

40 HOBBSAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 57.

41 OLIVEIRA, A. S. Entrevista de história de vida e temática. COMTER/UFC. 27 jan. 2020, p. 3.

possivelmente remetiam ao ato.<sup>42</sup> Referimo-nos inicialmente ao documento intitulado “Orientações para chegada ao canteiro de obras do projeto Tabuleiros de Russas”. Dividido em quatro pontos objetivos, o texto informava uma detalhada sequência de entradas e saídas, curvas, pontes, canais e outros pontos de referência a serem observados pelos portadores do papel para chegada ao canteiro de obras do PITR.

Provavelmente uma pessoa que nunca transitou pelo território dificilmente entenderia as orientações cravadas no papel. As intervenções realizadas na área do perímetro irrigado, com estradas sem qualquer sinalização e iluminação, feitas de piçarra ou areia frouxa e cercadas por canais, diques, piscinas, comportas, pontes, ainda hoje causam confusão no deslocamento. Para se chegar ao canteiro, por exemplo, é difícil entender a recomendação expressa na fonte de que após a casa de controle do PITR, “na curva em “S”, cruze a estrada, [e depois da] curva sinuosa a direita, siga ao lado do canal e na segunda ponte pegue a esquerda”.<sup>43</sup> Seguindo em uma reta e virando apenas mais uma curva à esquerda, ao lado da comunidade de Bananeiras, os portadores do documento poderiam finalmente chegar ao destino.

A fonte não trazia autoria ou data de produção. Além de compor o acervo da CDLN, inicialmente sabíamos apenas que havia sido digitada, impressa e distribuída. O documento descoberto em formato digital em extensão “.doc.” (criado no programa *Word*), nos levou a cogitar duas hipóteses: a participação da CDLN em sua confecção, pois era ela que detinha em seu escritório as condições materiais para isto; e a produção e utilização do documento para o processo de ocupação do canteiro de obras.

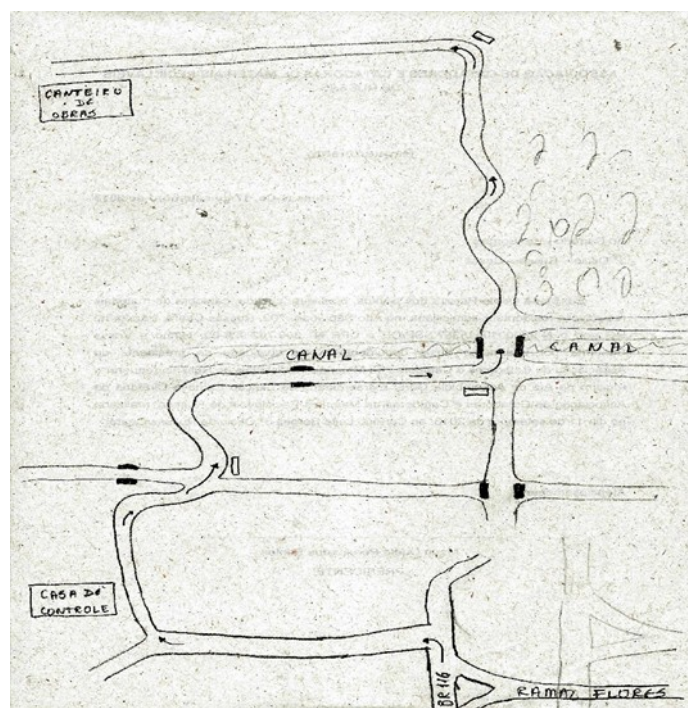
Ao investigarmos as propriedades digitais do documento, descobrimos que de fato ele foi construído no escritório da CDLN e demorou exatamente 13 minutos para ser finalizado. Sua confecção se deu em 18/09/2013, mais precisamente a partir das 13h48, isto é, após o horário do almoço. Tratava-se de uma tarde de quarta-feira. A última que antecedeu o dia da ocupação ocorrida em 25/09. Estas características extraídas do documento nos permitem conjecturar sobre um possível agrupamento de encaminhamentos pós-reunião estabelecida naquele intervalo, em bastidores, longe do fluxo habitual de pessoas no escritório da CDLN e do olhar de curiosos. O fato desse planejamento e da ocupação terem ocorrido em quartas-feiras alternadas é difícil de ser explicado, mas poderia significar a participação de pessoas fundamentais para o sucesso do evento que, porventura, só pudessem estar presentes nestes dias da semana naquele território, como trabalhadores residentes na capital Fortaleza e em outros municípios.

42 SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia: Discursos ocultos*. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

43 OLIVEIRA, A. S. Entrevista de história de vida e temática. COMTER/UFC. 27 jan. 2020.

Em paralelo, igualmente sem autoria e data de criação, encontramos um mapa simples, desenhado à mão e que parecia ter sido criado para conferir maior inteligibilidade às orientações do primeiro documento, pois traçava o percurso da Rodovia BR-116 até o canteiro de obras do PITR:

**Imagem 1:** Desenho do percurso: Rodovia BR-116 ao canteiro de obras do PITR



**Fonte:** Acervo CDLN

O desenho feito à mão, mas digitalizado para impressão e distribuição em outros locais tanto poderia ter sido feito pela CDLN como por outros sujeitos pertencentes ao território do Tabuleiro de Russas. Havia, está claro, uma intencionalidade de guiamento desde a rodovia até o canteiro, tal como escrito nas “Orientações...”, mas a ausência de autoria e datação não nos permitiam inferir mais sobre os usos desta imagem no ato de ocupação. Estas questões foram dirimidas a partir de um escrutínio mais atento da fonte.

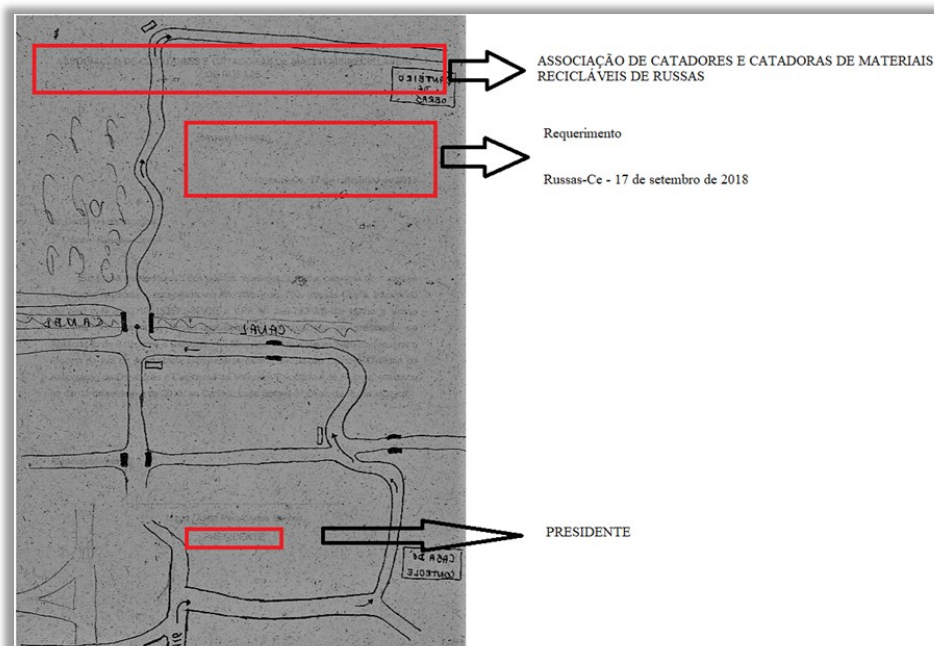
Ginzburg,<sup>44</sup> ao levantar o debate sobre o paradigma indiciário, nos alerta sobre a necessidade do historiador(a) estar atento aos detalhes, aos pormenores das fontes sejam elas quais forem. De ligarmos o fio do relato aos rastros e construirmos narrativas que nos orientem no “labirinto da realidade”. Observando as fontes involuntárias ou os aspectos involuntários presentes nos documentos seria possível desvelarmos aspectos,

44 GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

bem como caracterizar melhor eventos do tempo pretérito, tal como aqueles existentes na ação direta promovida pelas comunidades rurais e pela CDLN em Russas.

Ao analisarmos o documento mais detidamente percebemos que o mapa havia sido desenhado no verso de um papel que, por algum motivo, foi preterido de sua função original e se transformou em rascunho de uma ação direta. Aumentando o contraste e invertendo a fonte digitalizada para tentarmos acessar o seu verso, pudemos identificar que o documento original remetia à “Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Russas”. Mais precisamente: era um requerimento datado de 17 de setembro de 2013, isto é, impresso um dia antes da confecção das “Orientações...” na sede da CDLN e oito dias antes da ocupação do canteiro de obras, tal como podemos observar abaixo:

**Imagem 2:** Verso do desenho do percurso



**Fonte:** Acervo CDLN

A caracterização e sobreposição dos dois documentos auxilia a perceber a importância da CDLN neste processo: a proximidade das datas das duas fontes; suas antecedências breves em relação ao ato; o envolvimento de outros parceiros e comunidades exógenas ao território do Tabuleiro de Russas. Todos estes são aspectos que corroboram com a noção de uma ação organizada e em rede. E foi por esta razão que o documento referente à Associação dos Catadores e Catadoras de Russas fez parte

deste imbróglio. A CDLN também atuava e atua junto a este grupo, e muitos dos documentos necessários à dinâmica burocrática da Associação são elaborados, ainda hoje, dentro da sede da CDLN, o que corrobora a possibilidade de o mapa ter sido produzido no escritório da CDLN. Estes e outros indícios foram posteriormente confirmados pelas lembranças de alguns dos envolvidos na construção do ato:

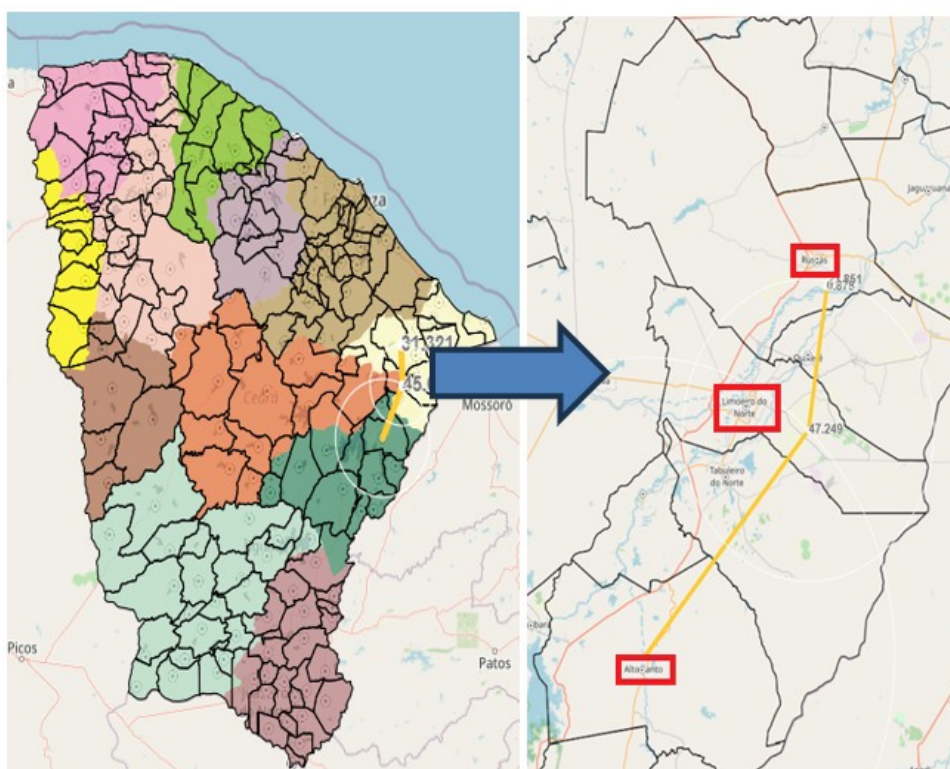
Agora olhando aí para este desenho, porque foi o desenho para chegar lá no canteiro. Porque como foi articulado os outros territórios: articulado o território do Figueiredo, o território aqui da Chapada do Apodi e Limoeiro, então foi preciso fazer um mapa para ver se o pessoal chegava quase **todo mundo no mesmo horário**, né? Eu não lembro. Eu acho que esse mapa foi construído [...], pelo povo de lá mesmo, viu? [...] Porque eram eles que detinham na comunidade o **conhecimento dos caminhos** e dos canais.<sup>45</sup>

Os dois documentos, portanto, guardavam a mesma intencionalidade de ocupação do canteiro de obras com expressa dissimulação. Para tanto, um conjunto de detalhes foram pensados e postos em prática: o segredo na elaboração do ato no compartilhamento das informações e decisões; o cuidado na locomoção simultânea, à noite, de sujeitos oriundos de comunidades de diferentes municípios (Russas, Limoeiro do Norte e Alto Santo – ver Figura 1); a necessidade de sincronicidade na chegada em conjunto; enfim, a ocupação do canteiro desdobrada em atividades pré-programadas.

O deslocamento noturno buscava evitar os olhares dos vigilantes particulares da empresa Andrade Gutierrez, bem como a repressão da ação policial e uma possível frustração da ação. A chegada conjunta às 5h da manhã viabilizaria a interdição da entrada principal, impedindo que os trabalhadores se apresentassem ao trabalho e marcassem seus cartões de ponto. Daí a necessidade das instruções escritas junto ao mapa para assegurar o sucesso da ação, inclusive para que os colaboradores exógenos ao território não se perdessem no labirinto de canais e estradas do PITR.

**Figura 1:** Municípios do Ceará

45 LIMA, O. S. Entrevista de história de vida e temática. Comunidade Sítio Junco, Russas, Ceará. COMTER/UFC. 29 jan. 2020, p. 15. [grifo nosso]



Fonte: Elaborado pelos autores

É possível elaborarmos um paralelismo entre os aspectos deste ato e aqueles presentes no mito grego do Minotauro, retomado por Ginzburg<sup>46</sup> para trabalhar as possibilidades de se percorrer os fios e os rastros na construção de pesquisas históricas. No mito, o caminhar acautelado e o elemento surpresa garantem a Teseu o sucesso de sua ação para matar o monstro; e é o novelo de lã entregue por Ariadne que possibilita o guiamento pelo labirinto para sua libertação.

Na ação direta no PITR houve também o elemento surpresa e o deslocamento cuidadoso que viabilizaram o sucesso da ação. Neste caso, o mapa desenhado em um rascunho significou o compartilhamento de conhecimentos pelos moradores do Tabuleiro de Russas sobre o seu território com sujeitos de outros locais. Estes, a partir da confiança materializada no desenho, puderam entrar e sair do território após o alcance de seus objetivos. Pois também neste caso havia a percepção da ocupação “[...] pelos participantes como manifestações ou meios de exercer pressão sobre as autoridades, ou seja, como um meio para atingir a um fim”.<sup>47</sup> E talvez o mais interessante: investiram em um ato ilegal, do ponto de vista jurídico, para garantir o retorno ao diálogo no âmbito legalista.

46 GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

47 HOBBSAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 249.



Graças aos dois fragmentos documentais nos foi possível refazer um pouco das experiências de resistência na região do Baixo Jaguaribe cearense. O fio de lã utilizado pelas comunidades, isto é, o mapa e as orientações adjuntas compartilhadas pelos moradores do território e repassadas pela CDLN tiveram suas funções atualizadas ao nos propiciarem mais um guiamento. Enquanto, na madrugada de 25/09/2013, o mapa, como o fio de Teseu, orientou o deslocamento no labirinto de estradas e canais, aqui, 11 anos depois, o mapa foi tomado como um rastro, uma pista, uma fonte, que nos permitiu reelaborar uma análise histórica sobre o evento. Nesta, o fio condutor nos guiou por algumas das lutas e resistências empreendidas pelas comunidades rurais pondo em evidência a importância e o protagonismo da CDLN.

### **Considerações finais**

Neste texto buscamos identificar e debater sobre as ações desenvolvidas pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte na região do Vale do Jaguaribe. O intuito foi compreender o seu envolvimento nos processos de luta e resistência das populações do campo e, a partir daí, problematizar as suas características identitárias. Para tanto, fizemos um recorte analítico com foco no município de Russas, mais especificamente nos trabalhos realizados pela instituição com as comunidades rurais impactadas pela construção da segunda etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas.

A partir da apreciação de seu acervo documental e de um conjunto de entrevistas com sujeitos que fizeram parte da CDLN, entendemos e agrupamos as ações da instituição em três momentos. Na primeira e segunda parte analisamos como a CDLN procedeu a um intenso trabalho de base com foco na identificação de problemas e no trabalho de assistência para, em seguida, e mesmo de forma concomitante, perscrutarmos o seu trabalho em rede, ao atuar com outros grupos e organizações e acionando instituições para defesa das populações diante do conflito gerado pelo PITR.

Nossa conclusão é de que houve um deslocamento do perfil identitário da CDLN no início da década de 2000, quando as ações de assistencialismo foram pareadas ou até mesmo eclipsadas por trabalhos de enfrentamento e mobilização popular. De fato, a expansão do agrohidronegócio no Baixo Jaguaribe cearense criou um contexto extremamente complexo de piora da condição de vida das populações rurais, materializado na expulsão dos moradores, envenenamento do solo e da água, aumento da violência, entre outros. E nesse contexto, o trabalho da CDLN foi muito importante.



Seria bastante difícil aferirmos se a atuação da CDLN foi essencial, fundamental, isto é, se a luta empreendida pelas comunidades isoladamente não teria existido. Esta avaliação foge aos nossos propósitos e aos objetivos da análise histórica, apesar de objeções quanto à possibilidade de um movimento camponês ocorrer de dentro para fora ou de baixo para cima. Pensamos que as ações e experiências descritas e analisadas aqui apontam para algo mais complexo, inclusive para a imprevisibilidade da história.

Assim, ainda que o nosso enfoque tenha sido sobre as ações desenvolvidas pela CDLN, pudemos observar como estas estiveram imbricadas com as atividades das comunidades do Tabuleiro de Russas. Tanto que muitas vezes a responsabilidade, autoria e promoção das ações se confundiram nos registros do acervo da instituição. Tanto que sujeitos do território em que ocorreu o confronto se tornaram agentes e voluntários da CDLN, tamanha a aproximação e o envolvimento.

As resistências aqui investigadas estiveram localizadas em “uma zona intermediária”.<sup>48</sup> Dito de outra forma: entre aquelas qualificadas pela historiografia como resistência de caráter micro, não organizada e pulverizadas;<sup>49</sup> e as formas de luta organizadas, ao nível do macro, planejadas e direcionadas para alterações amplas, intensas e que envolvem uma diversidade de sujeitos sociais.<sup>50</sup> As lutas empreendidas no contexto estudado não alteraram a situação do estado, da região ou do país. Também não modificaram leis ou outros dispositivos legais mais amplos. Entretanto, alteraram a realidade de vida de centenas de famílias envolvidas; não se mostraram efêmeras, dado que a organização e lutas das comunidades de Russas possuem quase 50 anos; e não sucumbiram a divisões ou conflitos internos. Ainda no tempo presente, as marcas dos conflitos criaram memórias difíceis que tendem a agrupar os sujeitos e as famílias envolvidas.

Nesse percurso, outra característica bastante significativa destas formas de luta foi o movimento pendular adequando as ações desenvolvidas às demandas das comunidades. Assim, observamos como um conjunto de atividades no plano jurídico-burocrático, envolvendo uma diversidade de grupos e sujeitos, pôde ser acompanhada, quando necessária, de uma mudança de estratégia materializada na ocupação do canteiro de obras do PITR, gerenciado pela empresa Andrade Gutierrez. E mais uma vez, a análise do que consideramos aqui como um terceiro movimento da CDLN foi fortemente marcada pela imbricação entre os membros das comunidades, a CDLN e

48 GODINHO, P. A celebração como mecanismo de reiteração de uma cultura resistente: o caso do Couço (1958-1962). *Etnográfica*, [s. i.], v. 4, n. 1, p. 129-152, 2000, p. 90.

49 SCOTT, J. C. *Los dominados y el arte de la resistencia: Discursos ocultos*. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

50 HOBBSAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

sujeitos de outros territórios. Isto mostrou-se a partir de uma elasticidade promovida pela instituição e pelas comunidades que tinham que dar conta de elementos internos e externos, linguagens próprias e estrangeiras, saberes tradicionais e formas tidas como modernas.

A partilha de conhecimentos, a atuação conjunta, as táticas, os intercâmbios entre as comunidades, enfim, um conjunto de experiências e ações desvelaram nesta análise uma resistência em rede, com protagonismos, a exemplo da CRFA e da CDLN, mas bastante horizontalizada e plural. O ano da ocupação do canteiro, 2013, inclusive foi marcado por conflitos em outros territórios, como no Médio Jaguaribe com a inauguração da barragem do Açude Figueiredo. Por isto, as famílias atingidas por esta obra também estiveram resistindo e ocupando o canteiro de obra em Russas. Este foi um dos fatores que contribuiu para a aproximação dos territórios que passaram a partilhar problemas ou perspectivas de problemas diante das mudanças no Vale do Jaguaribe.